

Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 2

Thaís Helena Ferreira Neto
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Thaís Helena Ferreira Neto
(Organizadora)

Comunicação e Jornalismo:
Conceitos e Tendências 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C741 Comunicação e jornalismo: conceitos e tendências 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaís Helena Ferreira Neto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-027-8
DOI 10.22533/at.ed.278190901

1. Comunicação social. 2. Democratização da mídia.
3. Jornalismo. I. Ferreira Neto, Thaís Helena. II. Série.

CDD 303.4833

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências” volume 2 é composta por 24 artigos que abordam temas das mais diferentes nuances da Comunicação.

Os autores dos artigos tematizam conceitos e perspectivas do jornalismo, dando enfoque às discussões pertinentes e sempre presentes, envolvendo gênero, *agenda-setting*, comunicação governamental, ambiental, assessoria de imprensa, cinema, política, democratização da mídia e construção midiática.

Alguns artigos tratam o gênero como categoria de análise, tematizando a mulher dentro do jornalismo. Estudos de gênero que abordam a questão no âmbito da causa e da estrutura.

Em sua história, a mulher busca posições e visibilidade nas diferentes escalas da sociedade, provando através de suas ações e conquistas que merece um lugar nos diferentes cenários, sejam econômicos, políticos ou sociais. A relação da mulher com o espaço público e privado define a posição ocupada por ela na sociedade e marca sua identidade de gênero ao longo do tempo.

Thaís Helena Ferreira Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
A MULHER NO JORNALISMO DO INTERIOR: RIBEIRÃO PRETO E SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (1950-1960)	
Nayara Kobori Aline Ferreira Pádua	
DOI 10.22533/at.ed.2781909011	
CAPÍTULO 2	20
A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL: ASSASSINATOS DE MULHERES COMETIDOS POR SEUS PARCEIROS E EX-PARCEIROS	
Cláudia Regina Lemes Paulo Roxo Barja	
DOI 10.22533/at.ed.2781909012	
CAPÍTULO 3	31
A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO FEMININO NAS PROPAGANDAS DA CERVEJA ANTARCTICA: BAR DA BOA	
Wender Rodrigues de Siqueira Munique Cristina Modesto Carla Mendonça de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2781909013	
CAPÍTULO 4	42
EMPODERAMENTO FEMININO NO RAP : DUAS LETRAS	
Cláudia Regina Lemes Paulo Roxo Barja	
DOI 10.22533/at.ed.2781909014	
CAPÍTULO 5	55
OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS SOBRE O USO DO CORPO NU FEMININO EM PERFORMANCES ATIVISTAS	
Márcia Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.2781909015	
CAPÍTULO 6	66
AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA – A ONG UNA.C E AS DEMANDAS DA SAÚDE	
Éllida Neiva Guedes Marcelo Pereira da Silva Protásio César dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2781909016	
CAPÍTULO 7	81
TRAGÉDIA EM MARIANA-MG EM VEJA E CARTACAPITAL: UM CONTRATO DE COMUNICAÇÃO	
Vinicius Suzigan Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.2781909017	

CAPÍTULO 8	94
ASSESSORIA DE IMPRENSA E REPORTAGEM DE TV, TUDO A VER?	
BREVES REFLEXÕES SOBRE PODER SIMBÓLICO, CAMPO JORNALÍSTICO, IDENTIDADES E AGENDAMENTO	
Boanerges Balbino Lopes Filho	
Iara Marques do Nascimento	
Raphael Silva Souza Oliveira Carvalho	
Cássia Vale Lara	
DOI 10.22533/at.ed.2781909018	
CAPÍTULO 9	106
CARACTERIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO IDOSA ACERCA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE EM ILPIS DA CIDADE E REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE –PE	
Tamires Carolina Marques Fabrício	
Joseana Maria Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.2781909019	
CAPÍTULO 10	120
COMUNICAÇÃO EM AMBIENTES GOVERNAMENTAIS: TERMINOLOGIAS, FERRAMENTAS E AÇÕES	
Pedro Augusto Farnese de Lima	
Ademir Antônio Veroneze Júnior	
Boanerges Balbino Lopes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.27819090110	
CAPÍTULO 11	132
CONCEITO DE NOTÍCIA NA ERA DO JORNALISMO COLABORATIVO E COAUTORIA	
Adriele Cristina Rodrigues	
Lucia Helena Vendrusculo Possari	
DOI 10.22533/at.ed.27819090111	
CAPÍTULO 12	141
DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO POLÍTICO-MIDIÁTICO: O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	
Andressa Costa Prates	
Rejane de Oliveira Pozobon	
DOI 10.22533/at.ed.27819090112	
CAPÍTULO 13	152
O POLITICAMENTE (IN)CORRETO NO DISCURSO JORNALÍSTICO: IMAGINÁRIO, SUBJETIVIDADE E CONSUMO	
Nara Lya Cabral Scabin	
DOI 10.22533/at.ed.27819090113	
CAPÍTULO 14	164
O ÁLBUM DE FAMÍLIA E A IMAGEM SOCIAL	
Aline Silva Okumura	
DOI 10.22533/at.ed.27819090114	

CAPÍTULO 15	173
O DESIGNO DO PODER: UM ESTUDO DE CASO DA RÁDIO INTERNACIONAL VOZ DA AMÉRICA	
Patrícia Weber	
DOI 10.22533/at.ed.27819090115	
CAPÍTULO 16	186
O JORNALISMO INVESTIGATIVO E ÀS MUTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	
Leoní Serpa	
DOI 10.22533/at.ed.27819090116	
CAPÍTULO 17	207
O MERCADO DOS BENS SIMBÓLICOS NO SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA	
Maria Neusa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.27819090117	
CAPÍTULO 18	219
A SEGUNDA TELA NO BRASIL: USOS E POSSIBILIDADES	
Gleice Bernardini	
Maria Cristina Gobbi	
DOI 10.22533/at.ed.27819090118	
CAPÍTULO 19	231
TELEVISÃO ABERTA, POLÍTICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL	
Carlos Henrique Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.27819090119	
CAPÍTULO 20	242
CINEMA <i>NOIR</i> ITALIANO: O HEDONISMO E A <i>FEMME FATALE</i> EM <i>OSSESSIONE</i>	
Alexandre Rossato Augusti	
DOI 10.22533/at.ed.27819090120	
CAPÍTULO 21	258
O IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE A TEMÁTICA DO CRIME NO CINEMA <i>NOIR</i> E <i>NEONAIR</i>	
Nathalia Lopes da Silva	
Alexandre Rossato Augusti	
DOI 10.22533/at.ed.27819090121	
CAPÍTULO 22	273
PESQUISA EM FICÇÃO SERIADA: UMA PROPOSTA DE REVISÃO EPISTEMOLÓGICA BASEADA NAS PUBLICAÇÕES DA INTERCOM	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.27819090122	
CAPÍTULO 23	286
QUESTÕES DE AUTORIA, SUBALTERNIDADE E OUTRAMENTO NA MÚSICA BEIJINHO NO OMBRO	
Juliana Figueiró Ramiro	
Renata Santos de Morales	
DOI 10.22533/at.ed.27819090123	

CAPÍTULO 24	300
THE LAST REMAINING LIGHT: O SUICÍDIO DE CHRIS CORNELL ATRAVÉS DA ÓTICA DO FAIT DIVERS	
Arthur Freire Simões Pires	
Fábio Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.27819090124	
SOBRE A ORGANIZADORA	314

CARACTERIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO IDOSA ACERCA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE EM ILPIS DA CIDADE E REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE –PE

Tamires Carolina Marques Fabrício

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Consumo,
Cotidiano e Desenvolvimento Social/
Departamento de Ciências Domésticas/UFRPE
Recife- PE

Joseana Maria Saraiva

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Consumo,
Cotidiano e Desenvolvimento Social/
Departamento de Ciências Domésticas/UFRPE
Recife- PE

RESUMO: Este artigo integra a pesquisa - Cuidado com idosos (as) como RISCO SOCIAL: estudo dos fatores que podem afetar a qualidade dos produtos e dos serviços em Instituições de Longa Permanência para idosos – ILPIs, desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/UFRPE e financiada pela Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco – FACEPE. Tem como objetivo avaliar e compreender as representações sociais dos (as) idosos (as) acerca das condições de habitabilidade das Instituições de Longa Permanência para Idosos (as) da cidade e da Região Metropolitana do Recife-PE, que podem interferir na qualidade

dos produtos e dos serviços prestados por estas instituições. Trata-se de um de abordagem quantitativa caracterizado como de caso, na qual se busca apreender a realidade a ser pesquisada dentro de um contexto mais amplo em que se acha situada, valorizando suas conexões com o todo. O estudo visa subsidiar a discussão que vem sendo feita sobre os cuidados de longa permanência para idosos no Brasil, apresentando como resultados questões julgadas relevantes para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas voltadas ao acolhimento desse segmento da população. **PALAVRAS-CHAVE:** ILPIs; Condições de Habitabilidade; Qualidade.

ABSTRACT: This article integrates the research - Care with the elderly as SOCIAL RISK: study of the factors that can affect the quality of products and services in Long Term Care Institutions for the elderly (ILPIs), developed by the Graduate Program in Consumption, Cotidiano e Desenvolvimento Social / UFRPE and funded by the Foundation of Science and Technology Support of Pernambuco - FACEPE. Tem aims to evaluate and understand the social representations of the elderly about the living conditions of the Long Stay Institutions for Senior Citizens of the city and the Metropolitan Region of Recife-PE, which may interfere in the quality of the products and services provided by these

institutions. It is a quantitative approach characterized as a case, in which one seeks to apprehend reality to be researched within a wider context in which one is situated, valuing its connections with the whole. The study aims to support the discussion that has been made about long-stay care for the elderly in Brazil, presenting as results issues deemed relevant for the development and improvement of public policies aimed at the reception of this segment of the population.

KEY WORDS: ILPIs; Habitability conditions; Quality.

1 | INTRODUÇÃO

A distribuição etária da população mundial tem apresentado visíveis alterações nas últimas décadas em razão da expansão da expectativa de vida e do consequente aumento de idosos. Estudo realizado pelo IBGE (2007) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre o peso relativo da população idosa em cada país da região, conclui que o Brasil, a semelhança dos demais países latino-americanos, está passando por um processo de envelhecimento rápido e intenso.

A evolução da população geriátrica brasileira constitui um grande desafio. Para se ter uma ideia, enquanto a população brasileira crescerá 3,22 vezes até o ano 2025, o segmento acima de 65 anos aumentará 8,9 vezes, e o acima de 80 anos, 15 vezes. A proporção de idosos que em 1980 era menor que 6%, em menos de 50 anos subirá para 14%, levando o Brasil a ocupar o sexto lugar na esfera mundial no ano 2025, com uma estimativa de 31,8 milhões de idosos.

A Política Nacional do Idoso (Lei Nº 8.842 / 1994) na garantia de prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde e socialização dessa população dispõe em ordem de prioridade a família como natural cuidadora dos seus idosos, no entanto verifica-se por diversos fatores a transferência do cuidado do idoso da família para instituição de longa permanência, seja pública ou privada, com ou sem fins lucrativos. Nesta perspectiva a ANVISA - RDC nº 283 define as ILPIs como sendo

Instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, devendo garantir a essa população condições físicas e materiais adequadas e de saúde e bem-estar social.

Portanto, pode-se considerar as Instituições de Longa Permanência para Idosos, um equipamento de consumo caracterizado como coletivo. Na perspectiva de Lojkin (1997), o consumo pode ser apreendido como individual e coletivo, o primeiro dirige-se a uma necessidade particular de um indivíduo, dependente do salário auferido e o segundo diz respeito aos serviços coletivos, de caráter público, indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população.

Segundo Corrêa (2005) os meios de consumo coletivos são formas de socialização capitalistas providos através da intervenção estatal, por meio de decisões e ações decorridas dos interesses dos agentes produtores do espaço urbano.

No Brasil, os meios de consumo coletivo têm sido cada vez mais reivindicados pelas populações urbanas. Vários são os fatores que têm contribuído para o aumento da demanda dos equipamentos e serviços coletivos. Entre outros, sobressai a taxa de participação feminina economicamente ativa do país no mercado de trabalho. O ingresso da mulher no mercado de trabalho traz consigo, segundo Saraiva (2015, p.36), novas necessidades e novas demandas.

Este fato apresenta uma situação nova para os (as) idosos (as) nos grandes centros urbanos, levando em consideração que a mulher era a principal cuidadora desse segmento populacional e hoje se encontra impossibilitada de dar conta dessa responsabilidade, transferida para as organizações de consumo coletivo de longa permanência para idosos. Para Giglio (2005, p.51) ao abordar o consumo, portanto, torna-se crucial incluir a demanda social, uma vez que o processo de escolha e uso de produtos e de serviços têm aspectos individuais que interpenetram a história social e cultural das pessoas, suas necessidades e demandas, as quais exercem influência no comportamento de consumo e no ato da compra.

Baudrillard (1995) aborda questões de grande importância que relacionam a propriedade como o modo de existência pessoal, distinguindo pessoas e grupos que se tornam, portanto, a essência da vida.

Nesta direção, interessa analisar a percepção de um grupo especial, a fim de valorizar a noção de cultura como um conjunto de regras e valores que orientam os pensamentos e ações de seus integrantes. Parte-se do princípio que a institucionalização da pessoa idosa tem se tornado uma demanda social cada vez mais reivindicada pelas populações urbanas e rurais e que precisa ser reconhecida e atendida na perspectiva de oferecer uma prestação de serviços de qualidade aos seus usuários, a partir de suas necessidades e demandas. Isso inclui considerar além da percepção, as crenças, a lei, a moral, os costumes, os hábitos e aptidões adquiridos pelos (as) idosos (as), não somente na família, mas, na sociedade do (a) qual é membro.

2 | OBJETIVO GERAL

Avaliar e compreender as representações sociais dos (as) idosos (as) acerca das condições de habitabilidade das Instituições de Longa Permanência da cidade e da Região Metropolitana do Recife-PE, que podem interferir na qualidade dos produtos e dos serviços prestadas por estas instituições.

3 | METODOLOGIA

3.1 Tipologia do Estudo

Tendo em vista a natureza do objeto de estudo, nesta pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa, constituindo o estudo de caso a estratégia de pesquisa mais

apropriada para investigação. Essa opção metodológica pode ser justificada pelo poder diferenciador e capacidade que o estudo de caso possibilita de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas, observações, relatos, avaliações - a respeito do objeto de estudo.

Ao permitir a utilização de técnicas diversificada e o recurso a diferentes fontes de evidências essa técnica de pesquisa, propiciou um retrato abrangente e detalhado do objeto em estudo (CHIZZOTTI, 1995).

A escolha das ILPIs se deu de forma aleatória, incluindo no estudo instituições reconhecidas como de longa permanência de caráter público ou privado com ou sem fins lucrativo, cadastradas no Conselho Municipal ou no Conselho Estadual do Idoso e na Secretaria de Desenvolvimento e Direitos do Idoso de Estado de Pernambuco.

Conforme registro do Conselho Estadual do Idoso (CEDI, 2008), no Recife funcionam 30 Instituições de Longa Permanência para idosos, destas, 5 foram interditadas entre 2011 e 2012 (Diário de Pernambuco, 2012), restando apenas 25. Na Região Metropolitana contabilizou-se um total de 26, localizadas nos municípios de Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. Recife e Região Metropolitana totalizam, portanto, 51 ILPIs. Destas selecionou-se 13 sendo 5 da cidade do Recife e 8 da Região Metropolitana que constituíram a amostra da pesquisa.

A escolha destas instituições justifica-se pela representatividade no universo pesquisado, ao fato de serem as mesmas de caráter público, privado com ou sem fins lucrativos pertencente à rede de apoio municipal, estadual ou filantrópica, bem como por admirem idosos de diferentes idades, sexo, classe, raça/etnia e categorias profissionais diferenciadas que operacionalizam e gerenciam estas instituições.

Para dar conta do objeto proposto realizou-se exaustivo trabalho de campo nas mais diversas instituições e junto aos sujeitos da pesquisa. Para tanto, utilizou-se além da técnica de entrevista, através da aplicação de questionário composto de questões abertas e fechadas versando sobre aspectos específicos a serem investigados, a técnica da observação direta e do grupo focal. Buscou-se também os dados secundários acerca da temática, tendo em vista as análises qualitativas e quantitativas que se realizou, considerando em especial os indicadores sociais do IBGE, IPEA, assim como o banco de teses da CAPES.

Os dados obtidos foram submetidos à análise qualitativa, e as respostas dos sujeitos agrupadas em subcategorias construídas a partir destas e posteriormente analisadas. Nessa direção, as análises tratadas se fundamentaram na teoria das representações sociais que tem como figura central Serge Moscovici, o qual defende que as representações sociais se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, do mundo concreto, permitindo encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (MOSCOVICI, 2003, p. 123).

Conforme Alcântara e Vesce (2008, p. 2211), o método de análise caracterizado

como representações sociais, bastante difundidos a partir dos estudos de Moscovici (2003), consiste em um campo de conhecimento específico que tem por função a construção de condutas comportamentais, tendo em vista estabelecer comunicação entre sujeitos em um grupo social produtor de interações interpessoais.

A ideia de que os indivíduos constroem no cotidiano, teorias a respeito dos objetos sociais e que essas teorias são orientadoras dos comportamentos dos seres humanos que segundo Moscovici denominou de representação social ou Teorias do Senso Comum, através da qual buscou-se compreender o processo de construção do senso comum a partir da percepção dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Nesse sentido, o estudo buscou analisar as representações sociais dos sujeitos envolvidos na pesquisa, a partir de suas condições como consumidores (as) de produtos e de serviços nas ILPIs contempladas pelo estudo, a fim de compreender as interpretações, ideias, visões, imagens que estes sujeitos têm sobre a existência de agravantes expressivos que levam à configuração a problemática da efetivação dos seus direitos como cidadãos (ãs).

Em outras palavras, compreender o que os sujeitos da pesquisa pensam acerca da problemática posta, apreender suas representações sociais vai se constituir elemento fundamental para compreensão da realidade.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Aspectos teóricos conceituais acerca do fenômeno estudado

Apartir dos resultados da pesquisa “Crise no cuidado como risco social no cotidiano das organizações que cuidam de idosos (as) que compõem a rede de prestação de serviços da cidade e da Região Metropolitana do Recife-PE” realizada no ano de 2012-2013, evidenciou-se que a organização e o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos apresentam condições que limitam a efetivação do direito da pessoa idosa ao atendimento de suas demandas e necessidades, conforme asseguram a Constituição Federal (1988), o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), a Política Nacional do Idoso (Lei Nº 8.842 / 1994) e a ANVISA, através da RDC nº 283.

Estes documentos legais dispõem sobre as ILPIs, quer sejam públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, como sendo instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, que devem garantir infraestrutura física, material e pessoal qualificado, bem como funcionar de forma adequada tendo em vista propiciar condições de saúde e bem-estar social a essa população em condições de liberdade, dignidade e cidadania.

Segundo a RDC 283/2005, a Instituição de Longa Permanência para Idosos deve oferecer instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade,

segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas, especialmente aquelas com dificuldade de locomoção, segundo o estabelecido na Lei Federal 10.098/00. Deve, ainda, dispor de um quadro de trabalhadores para atender às necessidades de cuidados de saúde, alimentação, higiene, repouso e lazer dos (as) usuários (as), essenciais à qualidade dos produtos e dos serviços prestados pelas ILPIs.

A preocupação com a qualidade dos serviços prestados por estas instituições surge com o aumento da esperança de vida do ser humano e, por conseguinte, com o aumento da população idosa no mundo, particularmente no Brasil. Ademais, com a inserção da mulher no mercado de trabalho e com os novos modelos e arranjos familiares, começa a delinear-se a crise no cuidado desse segmento populacional.

Emerge, a partir deste contexto, uma crescente proporção de pessoas idosas que requerem cuidados por vários motivos, incluindo perda da autonomia e da independência, necessitando, muitas vezes, do apoio de outros para realizar atividades essenciais à vida diária, ausência dos vínculos familiares e inexistência de alguém que cuide delas.

Este tipo de “cuidado” tem sido estudado por diversos teóricos (Camarano e Kanso, 2010; Fabricio e Saraiva, 2014; Silva e Mafra 2015; Faria, Calábria e Amaral, 2016; entre outros) que defendem que a ausência desse cuidado pode levar ao risco social dessa população, próprio das sociedades em transição ou já desenvolvidas. Para estes (as) autores (as), o termo cuidado é utilizado para descrever processos, relações e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras, abrangendo várias dimensões da vida física, afetiva e social.

Neste estudo, compreende-se o cuidado como sendo o conjunto de atividades ou ocupações necessárias para o atendimento das necessidades e demandas em saúde, alimentação, higiene, repouso e lazer das pessoas idosas, realizadas por um (a) cuidador (a) na unidade doméstica ou por uma equipe inter e multidisciplinar em uma Instituição de Longa Permanência, em condições físicas e materiais adequadas incluindo as condições de acessibilidade e habitabilidade - higiene, salubridade e segurança – tendo em vista a promoção da saúde física, mental, espiritual e social, e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Contudo, o risco social torna-se manifesto quando não é seguida a proteção integral definida, nos termos da lei, na Constituição Federal (1988), na Política Nacional do Idoso (1994), no Estatuto do Idoso (2003) e na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006), além de não ser seguido o padrão de qualidade exigido pelo conjunto de normativas - Lei 10.741/2003; ANVISA / RDC 283/2005; NBR 9050/2004 - que definem critérios mínimos para o funcionamento, monitoramento e avaliação das Instituições de Longa Permanência para idosos, de caráter público ou privado, na perspectiva de qualificar o cuidado e a prestação de serviços. Nesse contexto, cuidado e risco social são interdependentes, um não existe sem outro.

Estudos realizados por Cerqueira (2003); Creutzberg e Santos, (2003); Sousa 2008; Fabrício, et al., 2013, entre outros, afirmam que as condições básicas das ILPIs

no Brasil não atendem as exigências mínimas legais e, por conseguinte, o processo de institucionalização, especialmente quando o foco são as instituições para assistência ao idoso de baixa renda, é considerado um problema crônico, aparentemente sem solução na sociedade brasileira.

Esta problemática precisa ser estudada com maior profundidade, uma vez que a estimativa de crescimento da população idosa no Brasil prevê que em 2025 o número de pessoas com mais de 60 anos de idade será superior a 21 milhões e a institucionalização tem sido uma alternativa recorrente, principalmente por parte das famílias de baixa renda, tendo em vista evitar o abandono dos seus idosos. A conjuntura que leva essa população idosa ao risco social que envolve a negação de direitos, a baixa oferta e os fatores que se interpõem ao padrão de qualidade da prestação de serviços providos por estas instituições de consumo coletivo.

Na cidade e na Região Metropolitana do Recife, local onde este estudo foi realizado, as Instituições de Longa Permanência para Idosos, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, apresentam, conforme mostram os estudos, fatores comprometedores em relação às condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, alimentação e acessibilidade aos usuários, bem como em relação às condições materiais e humanas que afetam a funcionalidade das instituições. A partir das representações sociais da população idosas usuárias (os) destas instituições, pretende-se apreender os fatores relacionados a habitabilidade que afetam a qualidade dos produtos e dos serviços prestados por estas instituições de consumo coletivo.

Segundo Donabedian (1980, p. 68), o estudo aprofundado destes fatores possibilitará conhecê-los de forma mais específica e, posteriormente, traduzir os mesmos em indicadores operacionais de qualidade, no sentido de oferecer às equipes das Instituições de Longa Permanência para Idosos (as) um instrumento adicional de apoio ao seu trabalho. Compreendendo os seus pontos fortes e fracos, aspectos positivos e negativos e envolvendo as pessoas no processo de avaliação, a instituição vai poder intervir para melhorar a sua qualidade, de acordo com as condições, prioridades, necessidades e demandas dos (as) usuários (as).

Nessa direção, segundo Fabrício e Saraiva (2015, s/p), a formulação de indicadores operacionais de qualidade para ILPIs propiciará um caminho a seguir na construção de um trabalho que ofereça condições de funcionamento adequadas ao processo de produção de bens (produtos) e de serviços. Faz-se necessário, portanto, um estudo mais aprofundado acerca desse processo, envolvendo todos os aspectos, com o intuito de se identificar as causas dos problemas existentes nas ILPIs, tendo em vista propiciar a efetivação do direito a pessoa idosa, das condições de saúde e bem-estar social, liberdade, dignidade e cidadania, conforme garantido nos termos da lei.

Ribeiro e Schutz (2007, p. 69) revelam que as pessoas idosas usuárias dos serviços prestados por instituições de longa permanência têm reclamado de forma insistente sobre a inadequação dos produtos e dos serviços consumidos nestas instituições, inclusive das poucas oportunidades para participar de atividades recreativas ou de

lazer, contribuindo para o seu isolamento social, adoecimento e, muitas vezes, a morte.

Diante do exposto, na ordem da construção do problema de pesquisa, interessa compreender as representações sociais dos (as) idosos (as) usuários (as) de instituições de longa permanência da rede de prestação de serviços da cidade de Recife e da Região Metropolitana acerca dos fatores que podem afetar o padrão de qualidade do consumo de produtos e de serviços. Ademais, considerando o aumento da população idosa no Brasil e a grande demanda por estas instituições, este estudo visa contribuir para mudar essa realidade no sentido de qualificar a prestação de serviços públicos e privados oferecidos por pelas ILPIs.

4.2 Representações sociais dos (as) idosos (as) usuários (as) das ILPIS sobre as condições de habitabilidade

Quando se indagou os (as) idosos (as) acerca das condições de habitabilidade das instituições onde se realizou a pesquisa, 80% se reportaram a salubridade como inadequada, entendendo esta como deficiência de ventilação, iluminação, espaços físicos para banho de sol e lazer, como pode ser observado na tabela abaixo que trata do demonstrativo de satisfação dos usuários (as) acerca da condição de habitabilidade das ILPIs da cidade e região metropolitana do Recife.

CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	FREQUENCIA DAS RESPOSTAS	
	N	%
SALUBRIDADE		
Adequado	01	3
Parcialmente adequado	05	17
Inadequado	24	80
HIGIENE		
Adequado	28	93
Parcialmente adequado	02	7
Inadequado	-	-
SEGURANÇA		
Adequado	05	17
Parcialmente adequado	09	30
Inadequado	16	53
TOTAL	40	100,00

Tabela 1 - Demonstrativo de satisfação dos (as) usuários (as) acerca da condição de habitabilidade das ILPIs pesquisadas, Recife, 2014/2015

Os relatos de D. Gercina, 69 anos de idade se refere à falta de habitabilidade

chamando atenção para os seguintes aspectos:

Viver com pessoas com Alzheimer é muito complicado, às vezes me sinto até um pouco doente também, a instituição deveria nós separar deles, ser um ambiente só para os (as) doentes e outra para os (as) sadios (as). (D. Gercina, 69 anos).

Já D. Hermínia, 72 anos de idade, paraplégica, salienta que:

O quarto é o único lugar na instituição que me dá certa privacidade, mas, não consigo ficar lá por muito tempo, devido o calor intenso, principalmente no período da tarde, pois o sol bate e aquece muito o interior do quarto. Não tendo privacidade no quarto fico por um bom tempo na parte da tarde, próximo à entrada da instituição, embora preferisse ficar no quarto.

Esses depoimentos confirmam que a maioria das instituições, não é resultado de um plano de construção precedido de um projeto arquitetônico, mas, de reformas ou adaptações na estrutura física, geralmente de residências, contrariando o que determina a RDC nº238/05, bem como, comprometendo as condições adequadas de habitabilidade, sobretudo, no que se refere à ventilação, iluminação, espaços físicos para banho de sol, lazer e outras atividades, conforme determina o Art. 48 e 50 - Parágrafo I e IV Estatuto do Idoso (FABRÍCIO et. al, 2013).

Na década de 90, logo após ser promulgado o Estatuto do Idoso, Vieira (1999) chama atenção para a inadequação das Instituições de Longa Permanência, afirmando serem inapropriadas e inadequadas às necessidades dos (as) idoso (as) não apenas no que se refere às condições de habitabilidade, mas por não oferecem assistência social, cuidados básicos de higiene, alimentação, infringindo as ordens legais do Decreto nº 1948 de 03 de julho de 1996.

Corroborando Vieira (1999) o que se constata neste estudo é que passado 20 anos da promulgação do Estatuto do Idoso as ILPIs continuam infringindo as determinações de organização e funcionamento não apenas do Estatuto do Idoso, mas, da Política Nacional do Idoso e das exigências da RDC nº238/05, no sentido de satisfazer as necessidades de moradia, alimentação, saúde, lazer e convivência social dos (as) usuários (as) destas instituições.

Nesse contexto, não se pode desconsiderar a percepção de 16,70% dos (as) idosos (as) que analisam as condições de habitabilidade como parcialmente adequadas. Na perspectiva desses (as) entrevistados/as a instituição está prestando um favor, portanto, não se sentem no direito de reclamar, conforme mostram os depoimentos abaixo relacionados: Na percepção de D. Raimunda (75 anos de idade) a ILPI é uma mãe:

[...] não tive filhos, não tenho ninguém que cuide de mim e também não tenho para onde ir. Morei em casa de família como empregada doméstica durante muitos anos, quando não tinha mais condições de trabalhar me aposentei e não tinha para onde ir, e vim morar aqui, graças a Deus eles me acolheram como uma mãe acolhe o filho.

Esses depoimentos convivem ainda com as representações que a sociedade

tinha sobre as instituições de atendimento ao idoso (a) do início do século passado, criadas, historicamente, para atender pessoas em situação de pobreza, com problemas de saúde e sem suporte social, contrapondo-se a perspectiva atual das ILPIs como equipamento coletivo de caráter governamental ou não governamental, de direito, destinadas às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania (RESOLUÇÃO ANVISA / RDC Nº 283, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005).

Essas percepções certificam aquelas encontradas por Davim, et al., (2004) quando em estudo de natureza semelhante a este, evidenciou que os (as) idosos (as) não desejam sair do convívio institucional, mesmo que esta não esteja fisicamente e materialmente estruturada para recebê-los e oferecer produtos e serviços com padrão de qualidade desejável, devido, principalmente, a não terem para onde ir e devido a própria condição de serem idosos (as).

4.2.1. Condições de Higiene dos espaços físicos

Os dados da Tabela 1 revelam em relação a este aspecto que a maioria dos (as) idosos (as), 93%, está satisfeito (a) com a higienização das ILPIs pesquisadas, indicando alto grau de satisfação. Justificam suas respostas no comprometimento dos profissionais de serviços gerais em manter limpo e cheiroso os espaços da instituição, como as salas, os quartos, corredores e banheiros. D. Zélia, de 84 anos de idade, faz questão de ressaltar:

a mulher da limpeza tem a maior preocupação de deixar tudo limpo e enxuto para que não tenha nenhum acidente conosco, pode demorar um pouco, porque é muita gente, né! Mas está sempre limpo e cheiroso.

Para Silva Jr. (1995) higienização é qualquer procedimento aplicado ao controle que elimine ou reduza os perigos de contaminação, minimizando os riscos de transmissão de agentes causadores de doenças. A higiene do ambiente tem por objetivo proporcionar local limpo, seguro e confortável para os usuários/as de todo e qualquer equipamento de atendimento coletivo, como condição fundamental a ser garantida na prevenção e promoção da saúde.

Segundo Saraiva (2002) a higiene do ambiente em ILPIs integra medidas preventivas que vão desde o controle da saúde e da higiene do pessoal responsável pelo processo de higienização do ambiente, tratamento da água de consumo, limpeza, desinfecção e desinfestação do ambiente até a destinação adequada dos dejetos e do lixo. Para que isso aconteça, segundo essa mesma autora, um conjunto de conceitos, tais como: microrganismos, contaminação, limpeza, higiene, desinfecção, desinfestação, prevenção, saúde, doença, dentre outros precisam ser compreendidos, sobretudo, pelos profissionais responsáveis pela limpeza e pelos usuários desses serviços.

Embora 93% dos (as) idosos (as) entrevistados (as) considerem a higiene das ILPIs adequadas, o que se verifica a partir dos conceitos de higiene defendidos por

Silva Jr. e por Saraiva é que os (as) idosos (as) carecem de compreensão mais aprofundada acerca dessa prática e do próprio conceito de higienização. Os idosos/as confundem higiene com limpeza e com ambiente cheiroso. O ambiente está cheiroso, não significa que está higienizado.

Não desconsiderando a avaliação feita por estes (as) nas diferentes instituições onde se realizou a pesquisa, a experiência das pesquisadoras em permanecer durante dias consecutivos em observação nessas instituições, revela situações relativas que se contrapõem ao ponto de vista dos (as) idosos (as). Dependendo da situação de cada instituição, é possível afirmar que os procedimentos higiênicos aplicados não condizem com as recomendações da literatura.

Estudo realizado por Lima (2011, p.59) identifica graves problemas nas instituições de longa permanência localizada no Distrito Federal, devido à falta de higiene, falta de documentação e ociosidade permanente vivida pelos residentes, haja vista a falta de qualificação dos profissionais responsáveis pelas atividades de manutenção, higiene e conservação do ambiente.

4.2.2. Condições de Segurança

Os dados da Tabela 1 revelam ainda a percepção dos/as idosos (as) no que se refere às condições de segurança. Para 53% essas condições são inadequadas, atribuindo a inadequação, principalmente a segurança pessoal dentro da instituição, no que concerne principalmente a falta de profissionais da área de segurança. Vale ressaltar que das 13 instituições participantes da pesquisa apenas duas possuíam no seu quadro profissional dessa área.

Segundo Bianchi (2013, p.208) uma edificação segura é aquela que torna seu local de moradia livre de perigos, garantindo imunidade física e psicológica ao morador. No caso das ILPIs o prédio deve fornecer elementos que possibilitem ao idoso se identificar com o lugar e assim manter o equilíbrio físico e emocional.

Outra indicação importante é a colocação de corrimão e pisos antiderrapantes ou ásperos nos caminhos exteriores e de chegada à edificação, como também no seu interior, além de iluminação homogênea tanto de dia como de noite.

Assim como a questão da prática da higiene adequada é desconhecida pelos idosos (as) participantes da pesquisa, verifica-se desconhecimento total dos mesmos (as) em se tratando das condições de segurança da ILPI. Os (as) idosos(as) atribuem esse aspecto exclusivamente à segurança ausência pessoal de um profissional, desconsiderando todos os outros aspectos apresentados por Bianchi em relação as condições de segurança física das ILPIs. Essa falta de conhecimento explica e, para o/a idoso/a, a segurança se constitui em fator de satisfação que algumas vezes só é percebido quando ocorre algum acidente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontrados neste estudo mostram como o Brasil, particularizando, a cidade do Recife e sua Região Metropolitana não estão preparados para enfrentar os problemas atuais e os advindos do crescimento da população idosa e isso é muito preocupante considerando que esse segmento envelhece em escala progressiva.

Nesse sentido, este estudo visa contribuir para transformar essa realidade considerando o aumento da população de idosos (as), a demanda cada vez maior para atender o envelhecimento demográfico e a necessidade de qualificar a prestação de serviços públicos e privados oferecidos por estas instituições, uma vez que a tendência é irreversível.

Trata-se de uma questão fundamental a ser priorizada na perspectiva do estabelecimento de direitos iguais, numa sociedade desigual e para grupos específicos. Nesse entendimento, a velhice deve deixar de ser uma questão de ordem apenas privada e preocupação da assistência filantrópica, mas ser, sobretudo, uma preocupação do Estado e da sociedade.

Reforça-se, ainda, o papel do Estado, como provedor social dos serviços de consumo coletivo no investimento em programas de suporte a pessoa idosa, a fim de garantir as condições de habitabilidade, segurança e dignidade aos residentes, na perspectiva de evitar o Risco Social. Acredita-se que os resultados desse estudo são significativos para subsidiar o planejamento de políticas sociais voltadas para enfrentar as diferentes realidades vivenciadas pelas ILPIs, no sentido de assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. **Regulamento técnico para o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos**. Brasília: ANVISA; 2005.

ALCÂNTARA, A. M. ; VESCE, Gabriela Eyng Possolli . **As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa**. 2008.

BIANCHI, Siva Alves. **Qualidade do lugar nas Instituições de Longa Permanência para Idosos** — Contribuições Projetuais para Edificações na Cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Dezembro/2013. BRASIL.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos Editora; Lisboa: Edições 70, 1995.

CAMARANO, A.A.; KANSO, S. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v.27, n.1, p.233-235, 2010.

CAMARANO, A. A; MEDEIROS, M. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999. CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em

Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1995. 164p.

CERQUEIRA, M.B.R. **Envelhecimento populacional e população institucionalizada, um estudo de caso dos asilos do município de Montes Claros**. Belo Horizonte: 2003. 109p. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. 164p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed, São Paulo, Ática, 2005.

CREUTZBERG, M; SANTOS B.R.L. **Famílias cuidadoras de pessoa idosa: relação com instituições sociais e de saúde**. Rev. Bras. Enfermagem, 2003, novembro-dezembro; 56 (6): 624-9.

DAVIM, R.M.B; TORRES, G. V; DANTAS, S.M.M, LIMA, V.M. **Estudo com idosos de instituições asilares no município de Natal (RN): características socioeconômicas e de saúde**. Rev. Latino – americana de Enfermagem, 2004, maio –junho; 12(3):100-11.

DONABEDIAN, A. **Explorations in quality assessment and monitoring: the definition of quality and approaches to its assessment**. Health Administration Press, v. 1, p. 163, 1980.

Estatuto do Idoso [Internet]. Brasília; 2003. Acesso em 25 de Julho de 2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

FABRÍCIO, Tamires C. M; SARAIVA, Joseana M. **Caracterização das Condições de Habitabilidade na perspectiva dos (as) usuários (as) das Instituições de Longa Permanência para Idosos (as) da Cidade e Região Metropolitana do Recife-PE**. In: COMUNICON 2015- ESPM. São Paulo, 2015.

FABRÍCIO, Tamires Carolina Marques; et. al. **Avaliação do caráter das organizações de consumo coletivo para idosos (as) da cidade e da região metropolitana do Recife – PE**. In: Congresso Internacional de Envelhecimento Humano: Avanços da ciência e das políticas públicas para o Envelhecimento. Campina Grande-PB. Anais.Campina Grande, 2013.

FARIA, L.; CALÁBRIA, W.; ALVES, W. **Envelhecimento: um olhar interdisciplinar**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2016. 438p.

GIGLIO, Ernesto M. **O comportamento do consumidor**. 3ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

LIMA, Claudia Regina Vieira. **Políticas Públicas para Idosos: a realidade das instituições de longa permanência no Distrito Federal**. Brasília – DF. Monografia (especialização). Curso em Legislação e Políticas públicas / Câmara dos Deputados/Centro de Formação, Treinamento e aperfeiçoamento (CEFOP), 2011.

LOJKINE, Jean. **O papel do Estado na urbanização capitalista- da política estatal à política urbana**. In: FORTI, Reginaldo (Org.). Marxismo e Urbanismo Capitalista. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 15-51.

MOSCOVICI. S.. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes 2003. 404p.

Política Nacional do Idoso. LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Senado Federal (BR). Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994: Brasília (DF); 1997.

RIBEIRO AP, SCHUTZ GE. **Reflexões sobre o envelhecimento e bem-estar de idosas institucionalizadas**. Rev. Bras. Geriatria e Gerontologia. 2007; 10(2): 191-201.

SANTOS, M. F. S. **A Teoria das Representações Sociais**. Im: M. F. S. Santos & Almeida, L. M. (Orgs.). Diálogos com a Teoria das Representações Sociais. Recife: UFPE. 2005.

SARAIVA, Joseana Maria. **Perfil do Trabalhador do Setor de Nutrição e Saúde de Creches Públicas da Cidade de Recife-PE**. Dissertação de Mestrado. 2002.178 p.

SARAIVA, Joseana Maria. **Higiene Geral do ambiente de instituições de longa permanência para idosos**. Departamento de Ciências Domésticas- UFRPE. Manual do Curso para Profissionais de Limpeza. Recife/PE. 2002. 40p.

SARAIVA, Joseana Maria. **A lógica do capital e do Estado na provisão dos meios de consumo coletivo: uma experiência de responsabilidade social no campo da assistência à criança**. Recife: Editora UFPE, 2015.

SARAIVA, J. M.; LUZ, M. S. **O (A) Profissional de hotelaria e empresas similares: o saber, o ser, e o saber-fazer**. In.: O/A Auxiliar de Serviços de Limpeza. Recife: Bagaço, 2009. 360p.

SILVA JR., Eneo Alves. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos**. 4.ed. São Paulo: Livraria Varela, 1995.

SILVA, Emília P; MAFRA, Simone C. T. **Envelhecimento no Brasil: o retrato da diversidade**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2015.

SOUSA, E.C. **Avaliação antropométrica e funcional de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência no município de Teresina, PI**. Teresina: 2008. 114p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade Federal do Piauí.

TERDIMAN, Thaís; MACHADO, Luciana Facio. **Arquitetura: o aspecto físico de um residencial**. In: BERTELLI, Sandra Benevento (Coordenador). **O idoso não quer pijama**. Aprenda a conhecer e como tratar esse novo cliente. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 120p.

VIEIRA, E.B. **Manual de gerontologia: um guia teórico – pratico para profissionais cuidadores e familiares**. Rio de Janeiro (RJ): Revinter, 1996.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-027-8



9 788572 470278